

A ERA DA INDIFERENÇA MORAL

José Fogaça

Há um tema extremamente sensível do nosso tempo sobre o qual a atenção pública tem sido, em minha opinião, bem menor do que deveria ser. Trata-se de um impremeditado comportamento, percebido em determinados grupos sociais, que vem se disseminando progressivamente na época em que vivemos. Na falta de uma expressão melhor, poderíamos classificar essa nova e surpreendente atitude social como uma crescente e seletiva indiferença moral.

Não é algo que tenha surgido de repente, como uma bolha que inesperadamente explode. A experiência, na verdade, talvez tenha sido vivida em outros blocos históricos recentes e tenha sido assimilada pelo comportamento coletivo de uma forma muito distinta da forma como é percebida e assimilada em nosso tempo.

Fato é, porém, que a indiferença moral tornou-se um indesmentível fenômeno socio-político desta terceira década do século 21. No Brasil e em várias partes do mundo.

Neste artigo, procuro remontar as origens dessa nova afluência. Em janeiro de 2016, em meio às prévias do Partido Republicano, nas quais pleiteava pela primeira vez a sua condição de candidato à presidência da República, Donald Trump fazia no estado de Iowa um de seus comícios de campanha. Até então um outsider da política, Trump enfrentava uma rigorosa oposição e pesadas acusações, vindas principalmente de seus concorrentes dentro do partido, que tratavam de apontar aspectos negativos de seu background como empresário e como cidadão.

Em determinado momento, frente ao público presente no Dordt College, na pequena cidade de Sioux Center, Iowa, o candidato teve a ousadia de declarar: “Posso matar uma pessoa na rua, frente a uma multidão na Quinta Avenida de Nova Iorque, e ainda assim não perco um só voto dos meus apoiadores” A plateia, ao invés de demonstrar surpresa e perplexidade, riu, deu vivas e aplaudiu.

Não se tratava apenas de sarcasmo ou desfaçatez. Tratava-se, sobretudo, da certeza de que, para seus eleitores, Trump era considerado inimputável: fizesse ele o que fizesse, eles jamais o abandonariam.

Esse episódio pouco divulgado e até hoje bastante desconhecido, no entanto, representava um redirecionamento de 180 graus na ética e nas tradições do próprio Partido Republicano. Poucos anos antes, no quarto final do século 20, nos Estados Unidos a simples suspeição moral era capaz de produzir um efeito devastador na biografia e no apoio a um nome consolidado no universo político. Um ato de espionagem de adversários em Watergate levou o presidente Nixon à renúncia em 1974. Uma foto em um iate com uma acompanhante que não era sua esposa, obrigara o ex-senador Gary Hart a desistir de uma candidatura de favoritismo absoluto à presidência da República em 1987. O episódio partilhado pelo presidente Bill Clinton com a estagiária Monica Levitsky o fizera submeter-se, poucos anos antes (1998), a sucessivas situações de humilhação política e moral perante o país.

A sociedade americana até o final do século 20, ou seja, não muito tempo antes de Trump, era guiada, em todos os setores, sobretudo na cena pública, por pesados hábitos de puritanismo e constrangimento moral. Uma simples quebra da ética tinha consequências ruinosas na carreira mesmo dos mais celebrados líderes nacionais.

No século 21, no entanto, em diferentes países, deu-se uma brusca inversão de tendência. Inúmeros chefes de estado passaram por acusações graves e, inclusive, por condenações judiciais. No entanto, nenhuma dessas sanções ou marcações negativas abalou moralmente os seus eleitores. Figuras políticas que ocuparam as mais altas posições na hierarquia do poder têm passado incólumes junto aos seus seguidores. Foi o caso de Jacob Zuma, na África do Sul; de Viktor Orbán, na Hungria; de Narendra Modi, na Índia; de Lula e Bolsonaro, no Brasil.

Há muitas “estratégias” e mecanismos psicológicos que são assimilados facilmente pelos grupos sociais que apoiam este modelo de liderança política neste século. Vivemos a era do negacionismo, da minimização, da equivalência moral (“todos fazem”), do desviacionismo.

Atualmente o presidente de El Salvador, Nayb Bukele, justamente por empregar uma metodologia extremamente controversa e truculenta na condução de sua política de segurança pública, goza da aprovação de uma maioria esmagadora entre os cidadãos salvadorenos.

A preservação da identidade de grupo, a defesa do seu conjunto de crenças ou de seus interesses enquanto seita política estão sempre acima de qualquer dado técnico, mesmo contrariando, na maioria absoluta das vezes, fatos e evidências.

O interessante dessa postura é que ela também se mostra bastante relativa. Se for contra o adversário, a mínima acusação ganha foro de condenação inapelável. Se atingir o político ao qual esse tipo de eleitor atrela a sua identidade, tudo não passa de perseguição política.

O próprio Poder Judiciário brasileiro, principalmente na sua mais importante instituição, o Supremo Tribunal Federal, tem sido abalado pelas pressões dessa tendência avassaladora.

Mais do que qualquer outra época, a vida contemporânea contempla aquilo que cada vez mais se parece com uma forte epidemia sociopolítica. Vivemos a era da indiferença moral seletiva.

Paralelamente ao crescimento da intolerância, da sedimentação e da impermeabilidade política, no entanto, os partidos políticos veem suas plataformas e seus programas doutrinários cada vez mais diluídos e debilitados.

O apoio dado a um determinado político não é visto pelo eleitor sob o prisma de uma escolha livre, racional e independente. Pouco importam os fatos, as mudanças, as circunstâncias e os compromissos.

Há um eleitor do século 21 para o qual, mesmo em ecossistemas políticos solidamente democráticos, a adesão a determinada figura política passa a ser uma parte inseparável da sua identidade. Socialmente, ele encara isso como algo integrado ao seu “eu” profundo. Na era da indiferença moral, nada o abala, nada o faz mudar, nada altera seu posicionamento. Nem mesmo a mais veemente, a mais insofismável e a mais grave realidade dos fatos.

É o desconcertante e adventício mundo novo em que vivemos.